



# Comissão de Combate às Desigualdades

**1º Semestre de 2024**

# Contexto

A Comissão de Combate às Desigualdades (CCD) foi instalada em 27 de julho de 2023, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. A presença dos ministros das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, da Igualdade Racial, Anielle Franco, das Mulheres, Aparecida Gonçalves, e a presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, bem como os conselheiros do CDESS participantes abordaram temas como equidade de raça e de gênero, inclusão produtiva, letramento racial. Ainda se discutiu a complexidade dos múltiplos contrastes que o Brasil enfrenta, tais como as desigualdades de renda, riqueza, sociais, ambientais, políticas, territoriais, culturais, de gênero e de raça.

A CCD tem por objetivo acompanhar, avaliar e contribuir com políticas públicas e ações relacionadas ao tema da comissão, constituindo-se em um espaço de escuta e monitoramento das políticas do governo, além de propor o aperfeiçoamento da ação governamental. Partindo do entendimento de que o combate às desigualdades é sistêmico e precisa ocorrer concomitantemente em várias frentes, a Comissão realiza ações de escuta, estudos de possibilidades de atuação junto a ministérios e entidades da sociedade civil, buscando produzir propostas de soluções pensadas de forma interseccional.

No segundo semestre de 2023, a CCD definiu três eixos estratégicos de atuação, a saber: 1) Enfrentamento ao Racismo; 2) Equidade de Gênero; e 3) Inclusão produtiva, Geração de Emprego e Renda, futuro do trabalho.

## Atividades da Comissão

Diante das recomendações e dos eixos apresentados em 2023, a comissão buscou iniciativas do governo federal com o objetivo de conhecer e contribuir nas discussões dos temas, além de potencializá-los. Ademais, a Comissão realizou iniciativas de debates externos com ênfase em fortalecer a comunicação com a sociedade civil.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes pontos:

### Eixo 1: Enfrentamento ao Racismo

#### **Curso certificado em Estudos Afrolatinoamericanos – Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI) da Universidade de Harvard**

O Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI) da Universidade de Harvard tem trabalhado, junto aos seus parceiros, na construção do campo de estudos afro-latino-americanos. A missão do ALARI é estimular e patrocinar estudos sobre a experiência afro-latino-americana e fornecer um fórum onde acadêmicos, intelectuais, ativistas e formuladores de políticas se envolvam em intercâmbios e debates que produzem conhecimento.

O Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos, programa de desenvolvimento profissional do Instituto, é uma série de cursos em modalidade virtual, dedicada ao estudo de experiências, histórias, contribuições e desafios da população afrodescendente na América Latina desde os tempos coloniais até o presente.

Os cursos são oferecidos por uma equipe internacional de acadêmicos reconhecidos, que contribuíram substancialmente para o desenvolvimento do campo dos Estudos Afro-Latino-Americanos.

O Certificado é destinado a estudantes, ativistas, funcionários públicos, acadêmicos e ao público em geral, especialmente na América Latina.

## **Parceria ALARI e Governo do Brasil**

Em 2024, foi assinado um Acordo de Cooperação entre o Banco do Brasil, o Ministério da Igualdade Racial e a Secretaria de Relações Institucionais, por meio do CDESS, com o objetivo de promover conjuntamente ações afirmativas contra o racismo, visando fomentar a capacitação nos temas de letramento racial. Destaca-se, em especial, a oferta do curso Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos aos funcionários e servidores do estado brasileiro, caracterizando-se como a primeira ação afirmativa concreta deste Acordo.

Na plataforma do referido Certificado e em sinergia com suas etapas, criou-se um Seminário Especializado, em parceria entre ALARI, Banco do Brasil, Ministério da Igualdade Racial e Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com vistas a capacitar servidores públicos brasileiros.

Trata-se de ação pública crucial no avanço da pauta de combate ao racismo e na direção da redução das desigualdades no Brasil, visando estimular o letramento racial, ampliando conhecimentos sobre as mazelas que o processo de escravidão nas Américas, de forma geral e em especial no Brasil, provocou na região, reverberando em segregação, abandono e desigualdades de toda ordem.

Foram disponibilizadas 159 vagas para o curso. Os participantes têm tido acesso ao conhecimento sobre o processo de escravidão na América Latina e no Brasil, identificando suas mazelas e consequências sentidas hoje na realidade do País. A oferta deste curso, ademais, visa criar uma rede, no âmbito dos órgãos públicos, para promover o letramento racial, a cultura de igualdade racial, a inclusão e uma sociedade mais igualitária.

A aula inaugural foi realizada no dia 29 de maio, com a participação virtual do diretor do Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas da Universidade de Harvard, Alejandro de La Fuente e do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, com a presença da presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, do Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), Paulo Pereira, e da secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo MIR, Márcia Lima.

O Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos apresenta aos alunos a riqueza e variedade deste campo de estudos e oferece uma visão da história, da cultura, da economia, da arte e da política da região a partir de uma perspectiva focada nas experiências, nas ações e nas contribuições das pessoas de ascendência africana.

### **Os objetivos do curso são:**

- 1. Criar uma alternativa acadêmica rigorosa aos planos de educação tradicionais que silenciem as contribuições e histórias de pessoas de ascendência africana e que contribuam para reproduzir conhecimentos e estruturas racializadas ou abertamente racistas.**
- 2. Oferecer um sofisticado quadro conceitual e teórico para a identificação, compreensão, denúncia e eventual destruição de ideias, estruturas e práticas racistas, baseado na naturalização de supostas diferenças biológicas, culturais e psicológicas entre os chamados grupos raciais.**
- 3. Oferecer formação básica de alto nível que possa ser útil para a formulação de demandas por justiça racial no sentido mais amplo, bem como para a formulação de políticas e estratégias voltadas à eliminação das desigualdades raciais e ao combate às práticas e ideologias racistas.**
- 4. Destacar a necessidade de desenvolver novos grupos de trabalho, pesquisa e ensino na área de estudos afro-latino-americanos em toda a região.**

Vários conselheiros do CDESS que trabalham ou possuem experiências exitosas na temática foram convidados para proferir palestra ao longo do curso.

No final, os alunos serão instados a apresentar um plano de ações afirmativas, no âmbito da instituição que trabalha ou uma proposta de marcos regulatórios que poderão aprimorar a política pública racial.

## **Roda De Escuta Potências Negras**

Dando continuidade aos diálogos de "Potências Negras", idealizado por conselheiras negras da Comissão de Combate às Desigualdades, foi realizada, no dia 19 de abril, a "2ª Roda de Escuta", com o tema "Conexões Necessárias para Viabilizar Vez e Voz". Nessa atividade, foram reunidas diversas pessoas negras, possuidoras de saberes e posições sociais variadas e complementares em suas vivências, com o objetivo de dialogar, refletir e propor recomendações. O encontro visou aumentar a efetividade das políticas públicas de ações afirmativas e de combate às desigualdades.

Nesta perspectiva, as coletivas de mulheres pretas exercem e exerceram um espaço essencial para provocar e fomentar debates, criar pautas sistematizadas e interligadas de luta, exercer a resistência para vivência a partir da máxima de aquilombar para fortalecer e criar estratégias para uma educação antirracista, para um judiciário que se repense seus dogmas e mitos e uma sociedade onde haja espaços inclusivos.

A partir dos debates, foram elaborados propostas e encaminhamentos de ações concretas,

nas áreas da Educação, da Equidade Racial bi Judiciário, da Geração de Emprego e Renda, cujos detalhamentos estão explicitados no anexo deste documento e serão utilizados como subsídios dos trabalhos do próximo semestre na CCD.

## **Cronogramas da Liberdade:**

O projeto Cronogramas da Liberdade busca realizar escutas de mulheres afrodescendentes em territórios periféricos, com vista a conhecer suas demandas, suas iniciativas coletivas e as estratégias adotadas por elas em seu cotidiano. A partir disso, serão propostas políticas e ações do poder público alinhadas ao combate à desigualdade, potencializando as iniciativas solidárias e coletivas do território.

O projeto planeja iniciar a primeira roda de escuta no mês de julho de 2024, na cidade de Salvador, na Bahia.

### **Principais ações do projeto:**

- 1. Fazer escuta de mulheres negras em territórios negligenciados pelo poder público.**
- 2. Produzir uma metodologia de escuta que possa ser replicada, a partir de um plano de trabalho, em territórios racializados. Esses territórios, devido à ausência e negligência de políticas públicas, alimentam dados negativos, como encarceramento e genocídio da juventude negra, gravidez precoce e morte de gestantes adolescentes, evasão escolar e falta de perspectiva.**
- 3. Elaborar um relatório a partir dos depoimentos das mulheres, com o objetivo de subsidiar aperfeiçoamentos nas políticas públicas para esses territórios e ampliar a abrangência do projeto nos territórios com maiores índices de violência.**

## **Eixo 2: Equidade de Gênero**

### **Apoio À Política Nacional De Cuidados**

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Cuidados e Família, é responsável por propor e adotar estratégias intersetoriais para a instituição da Política e do Plano Nacional de Cuidados, com atenção às desigualdades de gênero, raça, etnia, deficiência, territoriais e de idade.

Em abril de 2024, a Secretária Nacional de Cuidado e Família, Lais Abramo, apresentou a Política Nacional de Cuidados para a Comissão de Combate às Desigualdades. O plano foi construído por diversos ministérios e atores da sociedade civil e tem como objetivo a organização e o compartilhamento da responsabilização social pelos cuidados, por meio de um conjunto de iniciativas que visam atender às necessidades de quem demanda cuidados e de quem cuida. Por meio dessas iniciativas, o Estado se torna corresponsável e indutor da construção de uma nova organização social de cuidados, que envolve não apenas a família, mas também o mercado, as empresas, a comunidade e a sociedade civil. Essa organização deve ser pautada pela igualdade, inclusão, justiça e democracia.

A Política Nacional de Cuidados se constituirá em um vetor fundamental de combate às desigualdades, uma vez que a provisão de cuidados recai desproporcionalmente sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras.

A Comissão propôs uma moção de apoio à Política Nacional apresentada, reconhecendo a importância da instituição de instrumentos que propiciem maior equilíbrio na distribuição das atividades de cuidados entre os membros familiares, valorizando e tirando da "invisibilidade" esse trabalho.

## **W20 Mulheres - Apresentação Para Comissão**

A conselheira do CDESS e líder do BR W20/G20, Ana Fontes, apresentou à Comissão informações sobre o W20, um dos grupos de engajamento do G20, que é composto por mulheres de diversos setores, incluindo a academia, empresariado e outros segmentos da sociedade civil.

Segundo a apresentação, o principal objetivo do W20 é elaborar recomendações para políticas públicas que promovam o empoderamento econômico das mulheres. Durante a presidência brasileira neste ano de 2024, o W20 pretende promover diálogos nacionais para ouvir especialistas nos temas relevantes e utilizar as contribuições na elaboração das recomendações. Essas recomendações serão entregues presencialmente ao Presidente da República em outubro de 2024.

## **Apresentação do Programa Brasil Saudável**

O Ministério da Saúde fez apresentação do Programa Brasil Saudável aos conselheiros da CCD visando colher insumos e sugestões de aperfeiçoamentos.

O objetivo principal do programa é diminuir a transmissão de doenças e infecções determinadas socialmente como problemas de saúde pública no País até 2030, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

**O Programa foi instituído pelo Decreto nº 11. 908, de 6 de fevereiro de 2024, e possui as seguintes diretrizes:**

- 1. Enfrentamento da fome e da pobreza para mitigar vulnerabilidades;**
- 2. Redução das iniquidades e ampliação dos direitos humanos e proteção social em populações e territórios prioritários;**
- 3. Intensificação da qualificação e da capacidade de comunicação dos trabalhadores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre os temas abordados pelo programa;**
- 4. Incentivo à ciência, tecnologia e inovação;**
- 5. Ampliação de ações de infraestrutura e saneamento básico e ambiental.**

As diretrizes e objetivos do Programa Brasil Saudável foram avaliadas pelos conselheiros por meio de formulário on-line. No geral, não houve nenhuma divergência em relação ao programa, de modo que todos os seis conselheiros que se manifestaram concordaram com sua importância e urgência.

Alguns acharam o programa simples e ao mesmo tempo ambicioso. Acreditam que ele não ataca apenas os sintomas, mas também as causas dos problemas de saúde, potencializando o impacto duradouro e positivo na saúde pública do País.

Foi lembrada a importância de buscar uma implementação eficaz de forma colaborativa entre os setores, além de um financiamento adequado e alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, conforme já consta no objetivo do programa.

Houve concordância unânime sobre a escolha dos territórios priorizados.

Enfatizou-se o trabalho conjunto com os setores envolvidos numa ação no território, como assistência social, nutrição, educação e acesso facilitado aos serviços de saúde.

Outro aspecto ressaltado foi a dimensão étnica/racial/gênero/imigrantes.

### **Síntese das Sugestões dos conselheiros CDESS ao Programa Brasil Saudável:**

- 1. Inclusão de doenças mentais e as relacionadas ao trabalho;**
- 2. Agregar as ações do programa com educação, cultura e esporte;**
- 3. Capacitação permanente das equipes;**
- 4. Comunicação mais clara e acessível aos cidadãos, com utilização de múltiplas plataformas e materiais adaptados;**
- 5. Enfoque multidisciplinar/transversal para mitigar as vulnerabilidades;**
- 6. Respeito às práticas indígenas;**
- 7. Houve unanimidade em priorizar e ofertar serviços com tratamento levando em conta as especificidades da população carcerária, de rua, imigrantes, trabalhadoras do sexo, LGBTQIAPN+ e envolvidos com drogas. As ações educativas, preventivas e integradas têm como objetivo fomentar o acesso aos direitos, à dignidade e ao bem-estar;**
- 8. Casas de acolhimento com múltiplos serviços;**
- 9. Articular com sociedade civil, sindicatos e estimular a função social das empresas;**
- 10. Desenvolver estratégias de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e tecnologia;**
- 11. Ter mais detalhamento das iniciativas;**
- 12. Articular com a rede escolar;**

## Eixo 3: Inclusão produtiva, geração de emprego e renda, futuro do trabalho.

### **Mesa de Debate Entre CDESS E CESE Sobre: Automação do Trabalho, Emprego e Trabalho Decente.**

No dia 10 de abril de 2024, foi realizada uma mesa de debate visando a troca de experiências e conhecimentos entre os Conselheiros do CDESS, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do IBGE, do MDS e do Conselho Econômico e Social Europeu (CESE). Os participantes trouxeram perspectivas valiosas, especialmente no que diz respeito à interação entre a automação do trabalho e o trabalho decente. A experiência europeia ofereceu insights relevantes sobre como lidar com os desafios decorrentes da automação do trabalho, destacando práticas bem-sucedidas e políticas eficazes para promover um mercado de trabalho inclusivo e equitativo. Por outro lado, os representantes das entidades brasileiras compartilharam suas experiências e estratégias para enfrentar os impactos da automação no contexto nacional, enfatizando a importância da cooperação entre diferentes setores da sociedade para garantir que os avanços tecnológicos se traduzam em oportunidades de emprego digno e sustentável para todos os cidadãos.

O encontro também resultou em um relatório sobre o debate, anexo deste documento, que servirá de subsídio para o trabalho da comissão temática no próximo semestre.

### **Integração CCD + CAE: Apresentação da Proposta de Taxação Super-Ricos**

Em parceria com a Comissão de Assuntos Econômicos do CDESS, integrantes da Comissão de Combate às Desigualdades participaram da apresentação do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, sobre a proposta de criação de um novo tributo anual sobre a renda. Esse tributo seria equivalente a 2% do estoque de riqueza de indivíduos com patrimônio superior a USD 1 bilhão.

Durante a reunião, os integrantes da Comissão ressaltaram e ratificaram a importância da iniciativa proposta de taxação dos bilionários para promover a justiça social e econômica em escala internacional.



## Grupos de Trabalhos Relacionados

### GT Combate à Fome

Objetiva a construção de estratégias de contribuição do setor privado no combate à fome.

### GT Renda Básica Universal

Estudar a forma de regulamentação da Lei nº 10.835, de 08 de janeiro de 2004, como medida para combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico inclusivo. Conduzido em parceria com a equipe do Senador Eduardo Suplicy.

### GT Pacto pela Igualdade Racial

Visa elaborar um Plano de Ações Afirmativas para promoção da igualdade racial. Desenvolvido em parceria com o MIR e o BB.

### GTs iniciados em 2023:

#### GT Primeira Infância

Em continuidade das ações do GT, este primeiro semestre o grupo teve oportunidade de conhecer boas práticas internacionais, por meio dos Webnários com equipe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com pesquisadores da Escola de Governo Blavatnik (Universidade de Oxford), além de debater com as equipes dos Ministérios do Governo Federal a integração das Políticas Públicas Setoriais. O GT, no dia 13 de junho, realizou a entrega oficial de seu Relatório Final ao Ministro Alexandre Padilha, com ênfase na proposta de instituição da Política Nacional Integrada da Primeira Infância e do Comitê Intersectorial para Primeira Infância, para estruturar o processo de governança desta política transversal.



# Anexo I

## Potências Negras - Relatório II Edição 2024

### “Potências Negras - Conexões Necessárias para Viabilizar Vez e Voz”

O evento Potências Negras nasceu da decisão da Conselheira Rosângela Hilário, em dezembro de 2023, de mobilizar uma roda de conversa e produção de conhecimento entre professoras e professores negros brasileiros sobre as questões que interseccionalizam raça, classe e gênero, em especial aquelas que são cotidianas de pesquisa e discussão nas universidades. Ao seu lado, as conselheiras Alcielle dos Santos, Ana Fontes e Mônica Veloso contribuíram para dar materialidade ao encontro que aconteceu na Universidade de São Paulo, em espaço da Universidade de Direito do Largo São Francisco, espaço histórico do nosso país para a construção de um Estado democrático. Na primeira edição, ficou claro que aquela deveria passar a ser uma construção permanente, o que ensejou esta segunda edição realizada em A segunda edição do evento “Potências Negras”, realizada em 19 de abril de 2024. Desta vez, foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a receber o evento em sua escola de Direito de São Paulo, dando ênfase m questão da igualdade racial também no mundo do Direito. Assim, o Potências Negras consolidou o sucesso da edição anterior, reunindo um público diverso, majoritariamente composto por profissionais do direito, nesta edição. O evento, que aconteceu das 9h ms 17h, contou com uma rica programação que abordou temas relevantes para a comunidade negra.

A seguir, apresentamos nosso texto manifesto e a programação detalhada com resumo das falas e construções dos participantes.

### Mulher Preta Quando se Junta Levanta o Quilombo

Desde o dia 14 de maio de 1888, mulheres pretas têm se responsabilizado pela resistência para existência do povo preto. Base da cadeia de opressão e invisibilidade que objetifica, desumaniza e naturaliza o processo perverso de “coisificação” que faz com que a mídia, por exemplo, normalize a morte de um jovem negro de um território que, por ser surdo, não parou para cumprir a ordem de parada das forças de segurança. Ou, do trabalhador que voltava do trabalho e foi morto no condomínio em que morava por não possuir o “perfil” dos moradores do lugar. A dor da mãe preta que perdeu a primeira filha a entrar na faculdade no Piauí porque um colega acadêmico um pouco mais velho acreditava que os corpos das mulheres negras estão disponíveis para abusos, e, portanto, ele poderia violentá-la. E, também as professoras negras que sonharam em chegar na academia e são constantemente violentadas pelo racismo que não lhes reconhece direitos de se fazer presentes, produzir conhecimento e ter lugar, vez e voz m mesa. Sonhamos com igualdade de oportunidades e recebemos estranhamento, descaso, humilhação e apagamento

A seguir, apresentamos nosso texto manifesto e a programação detalhada com resumo das falas e construções dos participantes.

Como acadêmicas somos escanteadas em ausências ampliadas em função do lugar que ocupamos na pirâmide social e mais questões como idade, ser mais ou menos retinta, falta de um conhecimento formal que nos permita criar estratégias para resistir e avançar com dignidade. Mulheres Pretas são, por uma tradição perversa, solitárias em suas lutas e suas dores: na senzala lhes foi ensinado que eram rivais. Mas, embora o sentido de pertença em alguns espaços tenha sido mais forte, em alguns momentos aflora e é preciso lembrar que estamos na mesma luta, embora de espaços distintos.

Nesta perspectiva, as coletivas de mulheres pretas exercem e exerceram um espaço essencial para provocar e fomentar debates, criar pautas sistematizadas e interligadas de luta, exercer a resistência para vivência a partir da máxima de aquilombar para fortalecer e criar estratégias para uma educação antirracista, para um judiciário que se repense em seus dogmas e mitos e uma sociedade onde haja espaços para todos, todas e todes. Considerando que os tempos e as necessidades das mulheres pretas eram muito específicas e não contempladas pelo feminismo tal e qual concebido por mulheres brancas, espaços de aprendizagem, diálogos e proposição.

#### **Programação:**

**Acolhida e café da manhã:** Momento de recepção e integração dos participantes.

**Apresentação de monólogo:** A atriz Dirce Thomaz interpretou um monólogo escrito pela Professora Dra. Rosângela Hilário, abordando temas relacionados m luta antirracista.

**Boas-vindas e acolhida:** A Prof. Dra. Adriana Ancona de Faria, Vice-Diretora da FGV Direito SP, e o Prof. Me. Kenneth Antunes Ferreira, Presidente da Aliança Jurídica pela Igualdade Racial, receberam os participantes e destacaram a importância do evento.

*Apresentação e fala das Conselheiras e Apoiadores do Evento:*

*Rosângela Hilário: Aquilombamento e Potenciamento da Comunidade Negra*

- Aquilombamento como Raiz do Potências Negras: Rosângela Hilário, uma das idealizadoras do evento "Potências Negras", traçou a origem do projeto como um "aquilombamento", um espaço de acolhimento, resistência e fortalecimento da comunidade negra. Essa analogia histórica serviu como base para a construção de um evento que reúne, celebra e empodera pessoas negras de diversas áreas de atuação.
- Grupo de Pesquisas Audre Lorde: A Conselheira destacou a importância do "Grupo de Pesquisas Audre Lorde", por ela liderado, como um espaço de pesquisa e reflexão crítica sobre a realidade da população negra no Brasil. As ações do grupo contribuem para a produção de conhecimento e a formulação de políticas públicas mais eficazes na promoção da igualdade racial;

- Destaque para a necessidade de, em função das políticas públicas serem desenvolvidas a partir de bolhas que desconhecem as estratégias e processos necessários para avançar em função de todas as ausências das periferias (lugar em grande medida de maioria preta e pobre) é necessário criar espaços de diálogo em que não sabe da existência de políticas e leis a amparar e cuidar de pessoas, das pessoas que organizam esses processos sem ouvir quem precisa se beneficiar das políticas de assistência e cuidados e das pessoas que poderiam impulsionar desenvolvimento econômico e social se, por articulação, planejamento, monitoramento e alcance, as políticas públicas atinjam as pessoas a quem foram destinadas;
- Instituições que investem na formação, qualificação e fortalecimento das pessoas nas periferias estão contribuindo para melhorar os territórios em todos os ambientes: pessoas mudam contextos e contextos modificados geram territórios em que outras pessoas querem estar e produzir;
- Como exemplo de boas práticas que estão modificando territórios muito além daqueles em que estão produzidos foram citados como: Projeto Incluir Direito, Programa de Pós-Graduação em Direitos, Humanidades e Outras Legitimidades da FFLCH/USP.

#### *Ana Fontes: Trajetória e Mobilização no W20+*

- Experiência na RME: Ana Fontes compartilhou sua trajetória profissional em frente da Rede Mulher Empreendedora (RME), destacando as ações realizadas para fortalecer o empreendedorismo feminino, especialmente entre mulheres negras.
- Sua experiência na RME contribuiu para a construção de políticas públicas que apoiam o desenvolvimento de negócios liderados por mulheres negras.
- Mobilização no W20+: A Conselheira abordou sua atuação no W20+, um grupo de trabalho do G20 que reúne representantes da sociedade civil. Sua participação no W20+ tem como objetivo influenciar as políticas públicas internacionais para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, com foco nas mulheres negras.

#### *Mônica Veloso: Luta pelo Trabalho Decente e Direitos Sociais*

- Mesa sobre Trabalho Decente: Mônica Veloso relatou sua participação na mesa que reuniu o Conselho Econômico e Social (CESE) e outras Conselheiras, como Alcielle dos Santos e Rosângela Hilário, para discutir a temática do trabalho decente. Essa mesa foi fundamental para evidenciar os desafios e as desigualdades enfrentadas pelos trabalhadores negros no Brasil.
- Dados Alarmantes sobre o Trabalho Decente: A Conselheira apresentou dados alarmantes sobre a realidade do trabalho no Brasil, como o alto índice de desemprego, desalento e desocupação, a falta de proteção social para milhões de trabalhadores, o déficit de vagas em creches e a insegurança alimentar que atinge grande parte da população. Esses dados serviram como base para a construção de propostas de políticas públicas que visam garantir o acesso ao trabalho decente para todos os brasileiros.

**Dados:**

- 9 milhões de desempregados
- 4 milhões de desalentados
- 5 milhões de desocupados por insuficiência de horas
- Mais de 35 milhões de trabalhadores sem proteção social, sem perspectivas de aposentadoria na velhice
- Déficit de 5 milhões de vagas em creche
- 58,7% da população brasileira ( 125,2 milhões) está em insegurança alimentar em algum nível
- 1,5 milhão de imigrantes – cerca de 650 mil refugiados

Desigualdade tem endereço e identidade, ela é estrutural, sistêmica, patriarcal e racializada, afirmou a conselheira, em diálogo com as pautas que tem sido de trabalho das quatro conselheiras organizadoras do Potências Negras.

Igualdade. Palavra importante e prioritária para alcançarmos a justiça social e a democracia plena. Pontos indissociáveis, em que, um não existe sem o outro. A perspectiva do trabalho e geração de renda em modelos de tecnologia social como a Economia social e solidária pode ser um mecanismo poderoso de inclusão e emancipação sustentável. Enquanto a tecnologia humana está intrinsecamente ligada m consciência e ao trabalho realizado por seres humanos, a tecnologia sintética é executada por máquinas e algoritmos. É essencial compreender que a tecnologia digital é apenas uma das manifestações tecnológicas, e que outras formas de tecnologia, como as comunitárias, também desempenham um papel essencial em nossa sociedade. Unir tecnologia humana e digital é a chave para que possamos alcançar um futuro desejável, onde a tecnologia seja empregada como um meio para fortalecer a conexão entre pessoas, culturas e perspectivas. Assim, podemos almejar um mundo mais inclusivo, onde cada indivíduo se sinta representado e respeitado.

Reconstruir as políticas sociais com uma perspectiva inclusiva, requer mais que vontade política, romper o ciclo de exclusão que gerou pobreza, miséria e fome, coloca dentre muitas ações o papel central que tem o Trabalho Decente como instrumento de emancipação econômica e social essenciais para fortalecer a justiça social e a democracia. A equidade de gênero é uma questão de desenvolvimento. Qualificar as políticas públicas integradas, fortalecer instrumentos de promoção e emancipatórios, que compreende matricialidade e integração articulada na perspectiva de gênero e raça.

Precisamos refletir os compromissos públicos preconizados na ODS (Objetivos Desenvolvimento Sustentável), na Agenda 2030, com estruturas e diretrizes capazes de trazer a mulher para o centro das prioridades, para mantermos uma marcha rumo a este futuro. A autonomia econômica social está intrinsecamente ligada às políticas de desenvolvimento macro setoriais, que focam em oportunidades de geração de emprego, trabalho e renda que irão refletir um ambiente laboral com trabalho decente. As políticas públicas devem ser observadas e implementadas a partir de marcadores de gênero e raça, sendo esses recortes centrais para a promoção do Trabalho Decente que permitirá uma recuperação sócio-econômica mais justa e equânime.

## **“Quanto mais luto, mais aprendo como vencer.”**

Então seguimos porque a luta continua.

*Alcielle dos Santos: Balanço da atuação das conselheiras em 2023*

- Trabalho das Conselheiras Organizadoras do Potências Negras: Alcielle dos Santos apresentou um panorama das atividades realizadas pelas Conselheiras organizadoras do evento "Potências Negras" em 2023. O balanço destacou a importância do evento como um espaço de diálogo, reflexão e articulação da comunidade negra na luta por seus direitos.
- Atuação no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) na Comissão Temática de (CT) de Combate às Desigualdades: a Conselheira relatou as ações das quatro conselheiras organizadoras no âmbito do CDESS e da CT de Combate às Desigualdades, destacando as iniciativas para promover a igualdade racial em diferentes áreas, como educação, saúde, geração de trabalho e renda e justiça. A atuação das conselheiras contribuiu para o avanço de políticas públicas que visam combater o racismo e garantir a inclusão social da população negra.

### **Diálogos sobre boas práticas:**

O Dr. Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, em seu ponto de provocações e diálogos, abordou as ações realizadas para combater as desigualdades e destacou a importância de agregar sujeitos e instituições que possam interferir no real para o combate às desigualdades e a importância da manutenção de aliados no combate ao racismo e ocupação de espaços de poder e decisão da juventude negra. Não é o momento de afastar pessoas e instituições que podem contribuir com seus saberes, recursos e práticas para ampliar o alcance das políticas públicas existentes e defesa de outras que possam diminuir o fosso da desigualdade causada por raça, cor, pobreza e falta de oportunidades. Radicalizar, só na união para a luta contra as assimetrias que provocam miséria, desarranjos sociais e mantêm a população negra em estado de opressão e a vida possível e não a vida escolhida, sobretudo, as mulheres negras.

O advogado *Carlos José Santos da Silva* (CAJÉ), Advogado e Mestre Robson de Oliveira e Advogado Mestre Kenneth Ferreira – sócios de escritórios conceituados e conselheiros e participantes da CESA- Centro de Estudos da Sociedade de Advogados e da Aliança Negra pela Igualdade Racial - compartilharam suas experiências a partir da materialidade do Direito enquanto acesso à justiça e empoderamento dos espaços de poder e decisão. Foram detalhadas as ações do Projeto "Incluir Direito" que se encontra em ação atualmente na USP/ Mackenzie/Fundação Getúlio Vargas e UFMG. O projeto acompanha e fortalece operadores do direito desde a entrada na Universidade até as ações complementares para potencializar oportunidades no curso de Direito: organização de currículo, apresentação pessoal, reforço de curso de idiomas, auxílio para se manter na faculdade e até auxílio pedagógico. Ambos os advogados e professores destacaram a importância de valorizar iniciativas e aliados para ampliar o alcance do projeto.

### **Segundo Bloco (período da tarde):**

A exemplo da 1ª edição do evento, a programação do período da tarde contou com a organização do trabalho com tempo de discussão em grupos menores para que fossem alcançados três temas, todos complexos, que são de suma importância ao se pensar políticas públicas para a população negra. O objetivo era contar com o repertório dos participantes, em suas diferentes trajetórias.

**Abertura:** O Prof. Dr. Oscar Vilhena, Diretor da FGV Direito SP, reforçou a importância do evento e destacou o compromisso da instituição com a luta pela igualdade racial.

### **Grupos de Trabalho:**

- *Grupo 1: A Lei 12.990/2014 e a reparação que não veio.*
- *Grupo 2: Aquilombar para resistir: discussão e articulação acadêmica e institucional.*
- *Grupo 3: Diálogos sobre boas práticas: Aliança Jurídica pela Igualdade Racial.*

### **PROPOSTAS:**

#### *Educação*

Intersetoriais = saúde, educação e judiciário. Compromisso político com a mudança da Formação a partir dos Núcleos de Estudos e Pesquisa Afro-Brasileiros (NEABIs) = Epistemologias diversas, linguagens inclusivas. Estratégias criativas baseadas no afeto. Editais que contemplem a temática racial. Aliança editorial inspirada na aliança pela equidade. Viabilização de fomento para criação de professores capacitadores que contemplem a temática de inclusão. Fomento a grupo de pesquisas que estudem a temática racial.

#### *Em relação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD):*

1. Todos os livros precisam ter documentações corretas. Se em algum momento for solicitado documentação, a editora precisa entregar.

Então poderiam criar obrigatoriedade de produtores de conteúdo negros (autor, ilustrador, fotógrafo, design, editor etc.). Isso precisa ser provado, caso seja solicitado. Esta ação precisa ser cuidadosa, para trazer as editoras como parceiras nesta ação.

2. Dos livros de literatura entregues para avaliação, ter uma porcentagem de livros que sejam de abordagem de temáticas negras.

3. O Ensino Religioso não é obrigatório, mas na BNCC Ensino Religioso é uma área do conhecimento e um componente curricular. Mesmo que opcional, poderíamos pensar em incentivo para que materiais que abordam o Ensino Religioso na perspectiva inter-religiosa e como fenômeno estejam nas escolas. Isso ajuda a formar as crianças no sentido de ter mais tolerância e de valorizar as religiões de matriz africana.

4. Sancionar a inserção da Lei 11645/08 nos projetos políticos pedagógicos de todas as instituições de ensino da Educação Básica ao Ensino superior se estendendo aos cursos de pós graduação *stricto sensu* e *lato sensu* com formação continuada e evidências de boas práticas.

### **Conexões com Aliança Jurídica**

- Replicar o modelo da Aliança Jurídica na área Editorial trazendo como grandes parceiros a Abrelivros e a Abrale. Os participantes, Thiago Coutinho e Luciana Leopoldino, colocaram-se abertos para desdobramentos dessas conversas e fazer conexões entre as editoras.
- Estudar possibilidades de sanção ou bônus para editoras que tenham em seus quadros de colaboradores pessoas negras. O governo é o principal cliente das editoras de material didático. Será que um selo ou certificação DIVERSIDADE ou POTÊNCIAS NEGRAS, um incentivo ou outro recursos financeiros ajudaria a alavancar a contratação de pessoas negras nessas instituições? Produtores de conteúdos e materiais didáticos em sua maioria branca é uma realidade deste mercado. As editoras podem ser grandes parceiras na mudança deste quadro, formando pessoas negras para atuarem neste mercado; então podemos pensar em incentivos do governo para as editoras; é preciso ir pelo caminho do incentivo, da valorização do trabalho intelectual.

## *MUNDO DO TRABALHO*

### **Por uma Economia Social e Solidária**

#### *1. Trabalho, Tecnologia e Acesso*

- Ampliar o foco nas relações de trabalho, direito e tecnologia. Uma vez que a última carrega em si um alto potencial de inclusão e ao mesmo tempo de exclusão. A política pública, neste sentido, deve levar em conta os efeitos nocivos da coleta massiva de dados pessoais, e reforçar a necessidade de se impedir que os algoritmos carreguem para o meio digital, vieses e violências já existentes no meio físico, no intuito de mitigar a automação dos preconceitos enraizados na sociedade.

- Nossa indicação é que se faz necessário pensar - para além da garantia de acesso - estratégias de permanência dos ingressantes em concursos públicos via ações afirmativas/cotas raciais em seus postos de trabalho, visando que as pessoas negras, após acesso aos cargos públicos, enquanto cotistas, sofrem violências e violações de direitos várias, o que gera adoecimento em massa e por diversas vezes renúncias no tocante m efetivação de suas carreiras. Há ainda um fenômeno (ainda sem conceito definido), conhecido como Judicialização/ Penalização excessiva, objetivando exonerações constantes e/ou condenações sumárias. Mediante a inexistência de instrumentos de vigilância nesse sentido, passa esse fenômeno, também, a compor uma forma de burlar/ negar a política de cotas, sobretudo nos cargos de gestão e chefia.
- Direito e tecnologia: 1- estabelecer diretrizes transversais e interseccionais que considerem a coleta de dados sensíveis (LGPD), por meio de comissão fiscalização da ANPD; 2- Leis de incentivos fiscais com destinação de percentual para questões étnicos raciais. 3 - Estabelecer critérios objetivos para instaurar procedimentos administrativos nos cargos de gestão pública na educação básica.

## 2. Economia de Cuidados

- Alinhamento com a Política Nacional de Cuidados, apresentada pela Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família do MDS, Lais Abramo para a Comissão Temática de Combate ms Desigualdades.

## Encaminhamentos e Considerações:

As Conselheiras Alcielle dos Santos e Rosângela Hilário apresentaram encaminhamentos e considerações sobre as atividades do evento e as propostas apresentadas pelos grupos.

A Conselheira Rosângela Hilário considerou importante compor as propostas e encaminhamentos evidenciados nos três grupos de debate:

1. Qual o papel da iniciativa privada em processos de inclusão, considerando que não existe legislação que obrigue empresas a adotarem políticas reparatórias m escravização. Mas, poderiam ser criadas (sugestão dos sócios de escritórios), políticas de compensação fiscal, selos positivos que se revertissem em classificação positiva, premiação em órgãos de classe;
2. Na produção científica normatizada pela CAPES e CNPQ seria interessante pensar em premiar e não punir Instituições, Grupos de Pesquisa e Programas de Pós- Graduação que tivessem 30% de pesquisadores negros, criar uma bolsa de incentivo para estudantes que se dedicassem as licenciaturas (todas as pessoas) e linhas de pesquisa voltada para a produção da memória, cultura e história do povo negro;

3- Melhorar o território com insumo econômico voltado para as mulheres negras, chefes de família: prioridade na compra da casa própria, crédito para seus empreendimentos cooperativistas, cursos e formação de economia solidária, proteção contra a violência doméstica e do estado com melhoria da qualidade e letramento racial dos profissionais e agentes de segurança pública e melhoria dos equipamentos públicos e transportes públicos para chegar e sair do território: em muitos estados do Brasil as creches funcionam em horário comercial e as mães trabalham longe do território: a conta não fecha e as crianças permanecem sem cuidados e as crianças sem acesso ao direito a política de cuidados na primeira infância. Precisa ajustar;

Por fim, mas não menos importante: a Conselheira Rosângela Hilário defende uma aproximação da Academia com as periferias e suas pessoas: quem financia pesquisas precisa se beneficiar dos resultados delas.

As conselheiras organizadoras do Potências Negras incluirão esses relatório em suas pautas de atuação no CDESS, na CT de Combate ms Desigualdades e em Grupos de Trabalho correlatos que integram.

**Alcielle dos Santos**

**Mônica Veloso**

**Ana Fontes**

**Rosângela Hilário**

## **Anexo II**

### **Mesa de Debate entre CDESS e CESE sobre: Automoção do Trabalho, Emprego e Trabalho Decente**

#### **AUTOMAÇÃO DO TRABALHO, EMPREGO E TRABALHO DECENTE**

##### **Registro da atividade:**

Local: Palácio do Itamaraty

Data: 10/04/2023

Horário 09h às 10h30

Mediadora – Monica Veloso

Relatora: Adriana Marcolino

## Contexto

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), antecessor do atual Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), estabeleceu desde a sua criação, em 2003, relações com o Comité Económico e Social Europeu (CESE), ano em que celebrou um Acordo Interinstitucional entre ambas as instituições. Nessas bases, em 22 de dezembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, durante a Cimeira Brasil-União Europeia (UE), foi assinado o acordo para a criação da Mesa Redonda Brasil-UE, um fórum de diálogo permanente ao nível da sociedade civil, no qual discutiram-se todos os temas no âmbito da Parceria Estratégica Brasil-UE.

## Objetivo

Avaliar as tendências da automação do trabalho e como as organizações (poder executivo, instituições de pesquisa, sociedade civil, organismos internacionais) percebem os benefícios da implementação desses sistemas, bem como os riscos para a manutenção dos postos de trabalho atuais. Para tanto, propõe-se o aprofundamento nos seguintes pontos: a. Análise das políticas públicas relativas à automação e o mercado de trabalho. b. Avaliação de setores da sociedade civil sobre a aceleração da automação e as desigualdades no mercado de trabalho. c. Promoção da colaboração entre empresas, governos e trabalhadores para implementar uma nova visão para a força de trabalho global.

### Programação :

*09h30 às 09h10-*

Contextualização da Mesa de Debate "Trabalho decente e automação" – Mônica Veloso

*09h10 às 09h20-*

Contextualização dos dados sobre trabalho formais e informais no Brasil (Marcio Pochmann)

*09h20 às 09h30-*

Avanços do Ministério do Trabalho e Emprego na regulamentação da igualdade salarial entre homens e mulheres e relato sobre o projeto de Lei de motoristas de aplicativo. (Gilberto Carvalho)

Política Nacional de Cuidados como Garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitem e garantir o trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores do cuidado (Lais Abramo)

*09h50 às 10h05-*

Experiências internacionais sobre as pautas trabalhistas principalmente relacionadas ao trabalho decente: Direitos, promoção do emprego, proteção social e diálogo. (Integrante CESE) – Oliver Ropke, Presidente do CESE.

*10h05 às 10h15-*

Abertura para 4 intervenções dos convidados

*10h15 às 10h30-*

Resposta dos convidados e encerramento pela Mediadora da Mesa.

## Resumo do debate

### Trabalho e automação

O determinismo tecnológico é uma leitura equivocada do processo em curso. A determinação do emprego é influenciada por diversos fatores além da tecnologia, e ainda, o momento atual, do ponto de vista tecnológico, está mais relacionado à questão informacional do que a um novo padrão tecnológico. Diante dessa perspectiva, surgem duas visões divergentes: uma que questiona se estamos vivendo uma mesma época histórica e se políticas do passado são replicáveis, e outra que defende a necessidade de construir algo totalmente novo, reconhecendo que estamos passando por uma profunda mudança de época.

Enquanto o Brasil historicamente promoveu seu crescimento em torno do binômio capital/trabalho com a expansão pós-1930, hoje enfrenta uma realidade digital que levanta novas questões sobre o trabalho produtivo/reprodutivo e coloca em destaque quem produz e quem consome essa tecnologia. Essa nova realidade digital aprofunda a especialização produtiva e a divisão internacional do trabalho, impactando o papel do Brasil nesse contexto e levantando questões sobre como gerar empregos de qualidade. O modelo de desenvolvimento atual não consegue absorver a "massa sobrando" da população, resultando em um aumento de atividades ilegais, radicalização religiosa e precarização do trabalho. A promoção do trabalho decente está intrinsecamente ligada à nossa relação com o mundo produtivo, sendo a indústria ainda a espinha dorsal para o desenvolvimento dos países.

A regulamentação do trabalho em aplicativos tem resultado em um debate polarizado no Brasil. Os efeitos do avanço tecnológico, ao invés de melhorias para toda a sociedade, tem resultado em concentração de capital e riqueza. A plataformação desses serviços pressupõe a precarização e promove a ideologia de que o trabalhador é um "empreendedor", muitas vezes criticando os sindicatos não para a superação de possíveis problemas, mas pela eliminação desses espaços.

A atual regulamentação em tramitação no Congresso Nacional, resultado de uma mesa tripartite, foca principalmente em um segmento específico (transporte de passageiros em veículos de quatro rodas), mas outros setores também devem ser abordados. As manifestações contra essa regulamentação revelam a fragmentação entre os trabalhadores desse setor. Essas novas formas de trabalho estão causando desorganização entre os trabalhadores, o que pode ter impactos negativos na democracia. Portanto, é importante promover novas formas de organização do trabalho e produção, como a economia solidária, visando uma abordagem mais sustentável e inclusiva.

### Política de cuidados

Para promover a igualdade e o trabalho decente, é fundamental realizar uma revolução na política de cuidados, reconhecendo sua importância econômica e questionando a divisão tradicional entre trabalho produtivo e reprodutivo. O trabalho doméstico não remunerado é essencial para sustentar a esfera da produção, tornando os serviços de cuidados um bem público crucial.

Um plano nacional de cuidados é necessário para garantir que o cuidado seja reconhecido como trabalho, uma necessidade e um direito em todas as fases do ciclo de vida, desde a infância até a velhice e para pessoas com deficiência, entre outros segmentos e fases da vida em que se faz necessário.

As responsabilidades pelos serviços de cuidados, historicamente associadas às mulheres, têm dificultado sua inserção no mercado de trabalho e nos espaços de formação, especialmente para mulheres negras e de baixa renda. A desigualdade na distribuição das atividades de cuidados é evidenciada pela proporção significativamente maior de mulheres, especialmente mulheres negras, envolvidas em atividades de cuidados não remunerados em comparação com homens. E ainda, os serviços de cuidados remunerados são caracterizados por baixos salários condições de trabalho precárias e uma força de trabalho majoritariamente feminina e racializada. Enquanto a Lei da Igualdade Salarial representa um avanço, uma política abrangente de cuidados é necessária como complemento.

O compartilhamento equitativo das responsabilidades de cuidados entre famílias, homens, mulheres, comunidade e Estado é essencial. Investir em serviços de cuidados públicos não é um gasto social, mas um investimento que pode gerar empregos, renda e impactar positivamente o PIB, ao mesmo tempo que ajuda a evitar a precarização decorrente da plataformização dos serviços de cuidados e da automação.

### **Sugestões, propostas e temas para debate**

- O debate sobre automação, trabalho e políticas de cuidados deve resultar em políticas públicas estratégicas para o combate das desigualdades;
- A indústria ainda é a espinha dorsal para o desenvolvimento dos países e desse ponto de vista sua promoção é fundamental;
- A promoção do trabalho decente deve estar ligada a forma como nos relacionamos com o mundo, do ponto de vista produtivo;
- O direito ao trabalho é um direito humano; Todos os trabalhadores precisam ter direitos, independente da situação em que se encontram no mercado de trabalho;
- Para a promoção de empregos de qualidade é fundamental uma política de transição justa com participação ativa do Estado;
- Nesse contexto de automação, concentração de renda e desigualdades, é fundamental debater a redução da jornada do trabalho como forma de redistribuir os ganhos de produtividade, particularmente os advindos da automação;
- Está em debate uma proposta de impostos das novas tecnologias que eliminam empregos, para que os recursos sejam utilizados na mitigação dos efeitos negativos;
- Necessidade de capacitar a força de trabalho para os setores de tecnologia;
- Reduzir o impacto da importação utilizando como ferramenta as compras públicas, uma política pública potente para impulsionar o setor de tecnologia nacional; WW

- A promoção de igualdade de gênero deve ser uma luta de todos;
- É relevante valorizar o trabalho de cuidados;
- Promover o compartilhamento dos cuidados entre família, homens e mulheres, comunidade e Estado;
- Ampliar os investimentos em políticas de cuidados públicos tem impactos positivos na geração de emprego, renda e no PIB;
- A oferta pública de serviços de cuidados evita a precarização da economia de plataforma nesse segmento;
- O processo de elaboração das políticas de cuidados (e em outros campos) precisa garantir a escuta das mulheres negras e periféricas;
- É relevante promover novas formas de organização do trabalho e a produção, como a economia social e solidária, mais sustentáveis;
- A lei de economia solidária deve ser mais simples;
- A economia social e solidária precisa incluir o que está sendo feito nas comunidades;
- As tecnologias sociais em curso no Brasil precisam ser promovidas; É preciso também realizar o mapeamento das iniciativas de economia solidária que tenham o escopo aqui discutido.
- Os Conselhos de Desenvolvimento são ferramentas relevantes para promover propostas efetivas para redução das desigualdades;
- Os acordos de promoção de ações conjuntas entre o CDEESS e o CESE deve ter como foco a economia social e solidária.

## **Registro das falas**

### **Contextualização dos dados sobre trabalho formais e informais no Brasil, Márcio Pochmann**

Determinismo tecnológico: não compartilha da visão que foca no desaparecimento dos postos de trabalho; da perda da centralidade do trabalho; a determinação do emprego se dá em relação a outros indicadores, não apenas a esse;

Não compartilha da visão de que é um novo padrão tecnológico; o momento que vivemos, do ponto de vista da tecnologia, tem relação com a questão informacional;

### **Duas visões:**

1. Estamos vivendo uma mesma época histórica? Replicar políticas do passado terão os mesmo resultados?

2. Tudo que nós temos está ultrapassado; precisa construir algo totalmente novo;

- Estamos vivendo uma profunda mudança de época: as mudanças colocam em cheque a centralidade sobre a forma que o Brasil promoveu o crescimento, em torno do capital/trabalho;
- Expansão Brasil pós 1930: trabalho formal somado ao informal; o projeto de desenvolvimento urbano industrial se desenvolveu nesse binômio, com a difusão da ideia de que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho significa pertencimento);
- Atualidade: não é mais industrial, é digital; novas questões relacionadas ao binômio trabalho produtivo/reprodutivo;
- Mas essa nova realidade digital não coloca em questão um velho problema: quem produz essa tecnologia e quem consome? Essa nova realidade aprofunda a especialização produtiva e a divisão internacional do trabalho e o lugar do Brasil no mundo, destacando a questão de como gerar empregos de qualidade;
- Entre a década de 70 e 80 cerca de 70% das ocupações estavam ligadas a atividade tipicamente capitalistas; em 2022 esse percentual é de pouco mais de 40%, com um agravante: um contexto de políticas públicas escassas;
- A mudança qualitativa das ocupações está diretamente ligada a capacidade de mudar essa relação na divisão internacional do trabalho;
- A forma como o modelo de desenvolvimento está em curso não dá conta de incorporar a "massa sobrando"; desse modo, há um grande espaço para o crescimento de atividades ilegais, cooptação por discursos religiosos radicalizados e para atividades muito precarizadas de trabalho;
- A promoção do trabalho decente deve estar ligada a forma como nos relacionamos com o mundo, do ponto de vista produtivo;
- A indústria ainda é a espinha dorsal para o desenvolvimento dos países.

**Política Nacional de Cuidados como Garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas que dele necessitem e garantir o trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, Laís Abramo**

- Para promover igualdade, trabalho decente, é necessário promover uma revolução na política de cuidados;
- Economia do cuidado: questiona a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo;
- O trabalho doméstico não remunerado é parte da esfera da produção: sem o trabalho de cuidados não é possível garantir a esfera da produção, por esse motivo, os serviços cuidados são um bem público;

- Plano nacional de cuidados: o cuidado é um trabalho, uma necessidade e um direito;
- Há etapas do ciclo de vida que necessitam de maior apoio das atividades de cuidados (infância, adolescência, idosos, PCDs, entre outros);
- Essas tarefas ainda estão relacionadas às mulheres, gerando dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho, nos espaços de formação; E ainda, isso é mais marcante para mulheres negras e pobres;
- Na PNAD, há uma pergunta “porque não está procurando um emprego?”, caso a pessoa esteja na inatividade. No caso das mulheres a necessidade de realizar atividades de cuidados é cerca de 30%, entre os homens 2%; Esse percentual é maior para as mulheres negras;
- A Lei da igualdade salarial é um grande passo, mas a política de cuidados é a complementação necessária;
- As remunerações dos serviços de cuidados são menores e as condições de trabalho inferiores;
- Os serviços de cuidados são fortemente feminizados e racializados;
- Sobre a juventude que não estão no mercado de trabalho ou estudando, parte relevante das mulheres está nas tarefas de cuidados;
- Outro ponto é que está ocorrendo um processo de redução do tamanho das famílias; Nesse sentido, há uma redução de pessoas que possam realizar as atividades de cuidados no âmbito das famílias;
- É relevante valorizar o trabalho de cuidados;
- Promover o compartilhamento dos cuidados entre família, homens e mulheres, comunidade e Estado;
- Nesse sentido não é gasto social é investimento: ampliar os serviços de cuidados públicos tem impactos positivos na geração de emprego, renda e no PIB;
- Empregos no setor de cuidados e automação: a plataformização do oferta desses serviços fomenta a precarização - a oferta pública evita essa precarização.

#### **Avanços do Ministério do Trabalho e Emprego na regulamentação da igualdade salarial entre homens e mulheres e relato sobre o projeto de Lei de motoristas de aplicativo, Gilberto Carvalho**

- A regulamentação do trabalho em aplicativos está em pauta no Brasil e tem sido objeto de um debate polarizado;
- O avanço tecnológico ao invés de gerar melhoria para vida em geral, tem gerado concentração do capital e concentração de riqueza;

- A plataformização pressupõe a precarização e a difusão de uma ideologia de que o trabalhador é um “empreendedor”; Essa ideologia fomenta uma crítica aos sindicatos não pela superação dos possíveis problemas mas pela extinção desses espaços;
- A regulamentação do trabalho em aplicativos está atualmente voltada para um segmento desse setor (transporte de passageiros 4 rodas), mas outros segmentos também deverão ser objeto de regulação;
- As manifestações contra o a regulação demonstram a fragmentação desse segmento de trabalhadores e trabalhadoras;
- A relação entre as novas formas de trabalho resulta em desorganização dos trabalhadores e trabalhadoras e portanto, também tem efeitos negativos na democracia;
- É relevante promover novas formas de organização do trabalho e a produção, como a economia solidária, mais sustentáveis.

**Experiências internacionais sobre as pautas trabalhistas principalmente relacionadas ao trabalho decente: Direitos, promoção do emprego, proteção social e diálogo, Carlos Silva (CESE)**

- Em curso avanços impensáveis no campo da tecnologia, mas ainda estamos discutindo como garantir a proteção aos trabalhadores e trabalho de qualidade;
- O movimento sindical não discute somente direitos, queremos debater os temas mais gerais da sociedade, a partir do dialogo social e da negociação coletiva;
- Resistir a precarização e envolver o Estado na perspectiva de promoção de direitos; Os Conselhos de Desenvolvimento Social tem papel fundamental nesse sentido;
- Os sindicatos tem que ter a capacidade de promover esse debate e organização, mas no Brasil há limites relacionados ao mercado de trabalho local e as condições de trabalho (como contribuir com sindicatos, através da sindicalização, com baixos salários?);
- Todos os trabalhadores precisam ter direitos, independente da situação em que se encontram no mercado de trabalho;
- O Comité Económico e Social Europeu (CESE) tem apresentado propostas relacionadas a esses temas para o Congresso e para a sociedade;
- Estão avançando na regulamentação do trabalho em aplicativos;
- O direito ao trabalho é um direito humano.
- Em relação a igualdade de gênero destacou a paridade na representação parlamentar; a promoção de igualdade nos cargos no setor público; e que se trata de uma luta de todos;
- Os Conselhos são ferramentas relevantes para promover propostas efetivas para redução das desigualdades.

## Debate com o plenário

*Josep Puxeu (CESE)*

- Na negociação coletiva tratamos de salário mínimo, cesta básica, manutenção do poder aquisitivo da classe trabalhadora, inclusive como forma de manutenção do mercado interno - direitos que resultam em melhor desenvolvimento econômico e social;
- No entanto, na América Latina e Caribe mais de 40% da população está na informalidade isso tem impactos negativos no desenvolvimento regional;
- Destacou também que não é possível promover empregos de qualidade sem a transição justa.

*Sérgio Leite (CDESS)*

- O movimento sindical brasileiro resiste, mesmo com as tentativas de enfraquecê-lo;
- A transição justa é fundamental e precisamos discutir qual o papel do Estado nesse processo;
- No sentido de debater direitos nesse contexto, é importante debater a redução da jornada do trabalho como forma de redistribuir os ganhos de produtividade, particularmente os advindos da automação.

*Jeovani Salomão (CDESS)*

- Alguns setores da TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) sentem falta da mão de obra especializada;
- O governo atual está aberto a dialogar; nem sempre fácil, mas é necessário para construção de propostas e de políticas;
- De fato, há uma apropriação da riqueza pelas big techs e isso tem causado concentração de renda e poder;
- A IA (Inteligência Artificial) tem proporcionado as mudanças muito rápidas em vários segmentos;
- É preciso fortalecer o tecido social: para isso precisa ampliar os recursos;
- Também é relevante capacitar força de trabalho para os setores de tecnologia;
- Atualmente, o setor é fortemente pautado pela importação - como mudar isso?
- Uma ferramenta são as compras públicas, uma política pública potente para impulsionar o setor de tecnologia nacional;

- O marco geral das startups é bastante positivo, mas não há medidas para compras públicas por essa Lei.

*Rosângela Hilário (CDESS)*

- Mulheres negras quando se juntam levantam o quilombo. Mas quem levanta as mulheres negras?
- Pandemia: mulheres negras deram lição de solidariedade e organização; ficaram sem nada porque foram afastadas do trabalho sem direitos (em particular, as trabalhadoras domésticas); relatou uma experiência de mulheres que se viram sem renda, mas se organizaram para a produção de máscaras e também para dividirem entre elas, de modo coletivo, as tarefas de cuidados;
- A ausência do Estado precisa ser ocupada não com assistencialismo mas com assistência social e medidas de apoio produtivo (crédito, políticas de comercialização, etc.)
- O processo de elaboração de políticas de cuidados ( e em outros campos) precisa garantir a escuta das mulheres negras e periféricas.

*Alcielle dos Santos (CDESS)*

- No território é onde as políticas são efetivadas;
- O debate sobre automação e trabalho e de políticas de cuidados deve promover políticas públicas estratégicas para o combate a desigualdades;
- Economia social e solidária: precisa ser promovida; A lei de economia solidária deve ser mais simples;
- Os acordos de promoção de ações conjuntas entre o CDEESS e o CESE deve ter como foco a economia social e solidária;
- Economia social e solidária precisa incluir o que está sendo feito nas comunidades;
- As tecnologias sociais em curso no Brasil precisam ser promovidas; É preciso também realizar o mapeamento das iniciativas de economia solidaria que tenham o escopo aqui discutido.
- Um exemplo de tecnologia social é o Projeto de multiletramentos, uma abordagem pedagógica que considera a diversidade de linguagens e culturas presentes na sociedade contemporânea.

*Manuel García Salgado (CESE)*

- As empresas plataformas são uma nova forma de exploração;

- Nova Lei de plataformas adotada pela UE foi elaborada a partir de proposta do sindicato a qual pertence;
- Tema da mulher e das atividades de cuidados precisa ser incorporado aos debates - mulheres não podem trabalhar de forma gratuita;
- Importante debater a redução da jornada de trabalho em decorrência da revolução tecnológica (32 horas semanais);
- Uma proposta em debate também são os impostos das novas tecnologias que eliminam empregos;
- Importância da negociação coletiva como elemento para promover direitos e redução da desigualdade.

### **Retorno dos palestrantes**

*Marcio Pochmann*

- Quem cuida de quem cuida? Cada vez tem sido mais a igreja - é esse o espaço em que ela tem a promoção de sua sociabilidade e a descanso do trabalho reprodutivo.

*Lais Abramo*

- Governo está construindo o Plano Nacional de Cuidados; esse plano precisa dialogar com as diversas experiências locais;
- Um ponto que colaboraria com o debate de divisão dos cuidados é a aprovação da Convenção 156 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que está tramitando no Congresso Nacional;
- A promoção do cuidado comunitário é chave também no Plano nacional de cuidados;
- É relevante investir na economia de cuidados e nos equipamentos que oferecem esses serviços;
- As mulheres negras tem que ser ouvidas;
- Será lançado em breve o Programa Trabalho Doméstico Cidadão - pauta das trabalhadoras domésticas.

## Ficha Técnica da Comissão de Combate às Desigualdades

### Conselheiros inscritos:

85

### Grupo coordenador:

Ana Fontes; Alcielle Santos; Benilda Brito; Caio Magri; Chieko Aoki; Glauco Humai; Heleno Araújo; Ivone Silva; João Carlos Nogueira; José Vicente; Kátia Maia; Luana Genot; Mônica Veloso; Neca Setúbal; Patriciana Rodrigues; Rodrigo Fernandes Afonso; Rosana Onoko-Campos; Rosangela Hilário; Wolf Kos.

### Equipe CDESS:

Nicolau Beltrão, Roseli Alves, Marcos Aurélio e Tatiana Vasconcelos

### Data da instalação:

27 de julho de 2023

### Ministros presentes na reunião de instalação:

**Alexandre Padilha**, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais; **Anielle Franco**, Ministra de Igualdade Racial, **Maria Aparecida Gonçalves**, Ministra das Mulheres, **Tarciana Medeiros**, Presidenta do Banco do Brasil.

### Ministérios e entidades envolvidos:

Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação.

### Principais políticas e programas analisados:

Política Nacional de Cuidados, Programa de Ações Afirmativas e Superação do Racismo e Programa Brasil Saudável.